

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS

1º SEMESTRE/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015 e 2014

Valores em Reais (R\$)

ATIVO			
NOMENCLATURA DAS CONTAS	NOTA	30/6/2015	30/6/2014
Circulante		495.020,674	270.435,175
Disponibilidades	3	2.343,845	2.118,815
Relações Interfinanceiras		290.916,560	203.554,832
Pagamentos e Recebimentos a Liq.		189,098	369,216
Centralização Financeira	4	290.727,462	203.185,616
Operações de Crédito		184.481,227	56.198,659
Operações de Crédito - Setor Privado	5	208.745,432	72.174,051
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(24.264,205)	(15.975,392)
Outros Créditos	6	15.460,218	7.236,171
Outros valores e bens	7	1.818,824	1.326,699
Não Circulante		499.452,314	513.529,654
Realizável a longo prazo		466.200,630	486.750,807
Operações de Crédito	5	465.230,644	486.505,415
Outros Créditos	6	969,986	245,392
Permanente		33.251,684	26.778,846
Investimentos	8	17.120,456	13.312,065
Imobilizado de uso	9	15.369,757	12.842,148
Intangível	10	761,471	624,634
TOTAL DO ATIVO		994.472,988	783.964,828

PASSIVO			
NOMENCLATURA DAS CONTAS	NOTA	30/6/2015	30/6/2014
Circulante		770.419,777	606.427,928
Depósitos		746.817,816	583.499,881
Depósitos a Vista	11	181.440,458	132.277,536
Depósitos a Prazo	11	565.377,358	451.222,345
Relações Interfinanceiras	12	38,490	4,297,081
Relações Interdependenciais	12	99,604	436,182
Outras Obrigações	13	23.463,867	18.194,784
Não Circulante		3.507,851	2,737,797
Exigível a longo prazo	13	3.507,851	2.737,797
Provisões Para Riscos Fiscais e Trabalhistas		2.675,022	2.550,784
Outras Obrigações		832,829	187,013
Patrimônio Líquido		220.545,360	174.799,104
Capital Social		174.659,583	141.679,594
Reserva Legal		23.388,391	17.233,312
Sobras de Incorporação		23,227	-
Sobras 1º Semestre		22.474,159	15.886,198
TOTAL DO PASSIVO		994.472,988	783.964,828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015 e 2014

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	30/6/2015	30/6/2014
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		86,605,882	69,244,779
- Operações de Crédito		72,245,813	59,974,093
- Títulos e valores mobiliários		-	-
- Ingressos de Depósitos Intercooperativos		14,360,069	9,270,686
DISPENDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(35,167,721)	(28,445,844)
- Operações de captação no mercado		(29,713,922)	(20,117,168)
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(5,453,799)	(8,328,676)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		51,438,161	40,798,934
OUTRAS INFRESSOS/RECEITAS E DISPENDIOS/DESPESAS OPERAC.		(18,693,576)	(18,247,445)
- Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços		3,297,946	1,424,479
- Rendas de Tarifas Bancárias		1,137,244	74,368
- Dispêndios/Despesas de Pessoal		(11,787,898)	(9,947,166)
- Outros Dispêndios/Despesas Administrativas		(10,438,342)	(9,572,264)
- Dispêndios/Despesas Tributárias		(346,246)	(211,660)
- Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		(1,094,883)	(689,923)
- Outros Ingressos/Receitas Operacionais		538,603	674,721
RESULTADO OPERACIONAL		32,744,585	22,551,489
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		25,929	152,487
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		32,770,514	22,703,976
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(392,693)	(130,572)
Provisão para Imposto de Renda		(239,998)	(77,108)
Provisão para Contribuição Social		(152,694)	(53,465)
RESULTADO ANTES DA PARTICIP. JUROS AO CAPITAL		32,377,821	22,573,403
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		(9,903,662)	(6,687,205)
SOBRAS / (PERDAS) DO SEMESTRE		22,474,159	15,886,198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015 e 2014

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva Legal	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2014	142.803,292	(24.829,650)	14.023,468	25.678,751	157.675,862
Incorporação de sobras	11.234,454			(11.234,454)	-
Aumento das Reservas com sobras			3.209,844	(3.209,844)	-
Integralizações de Capital	(17.189,113)	20.758,390			3.569,276
Incorporação de Juros ao Capital	8.902,221				8.902,221
Devolução de Capital					-
Sobras do Semestre				15,886,198	15,886,198
Saldos em 30 de junho de 2014	145.750,854	(4.071,260)	17.233,312	15.886,198	174.799,104
Saldos em 1º de Julho de 2014	145.750,854	(4.071,260)	17.233,312	15.886,198	174.799,104
Integralizações de Capital	3.596,287	3.576,105			7.172,392
Incorporação de Juros ao Capital	9.395,006				9.395,006
Devolução de Capital	(5.287,722)				(5.287,722)
Sobras do Semestre				14.876,964	14.876,964
Reserva Legal			6.155,079	(6.155,079)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social				(3.141,597)	(3.141,597)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	153.454,425	(495,155)	23.388,392	21.466,486	197.814,148
Saldos em 1º de Janeiro de 2015	153.454,425	(495,155)	23.388,392	21.466,486	197.814,148
Incorporação de sobras	10.724,917			(10.724,917)	-
Distribuição de Sobras em CC	-			(10.657,884)	(10.657,884)
Distribuição de Sobras Cooperados Desligados			-	(83,685)	(83,685)
Integralizações de Capital	18.752,556	(10.175,238)			8.577,318
Incorporação de Juros ao Capital	8.118,622				8.118,622
Devolução de Capital	(5.720,545)				(5.720,545)
Sobras do Semestre				22.497,386	22.497,386
Saldos em 30 de junho de 2015	185.329,975	(10.670,393)	23.388,392	22.497,386	220.545,360

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015 e 2014

DISCRIMINAÇÃO	30/6/2015	30/6/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	84.089,741	58.410,321
Sobra ajustada do semestre	23.187,897	16.274,224
Sobras do semestre	22.474,159	15.886,198
Depreciações e Amortizações	713,738	388,026
(Aumento) redução nos Ativos	(56,339,049)	(29,926,793)
Relações Interfinanceiras	(367,064)	(366,657)
Operações de crédito	(43.801,201)	(26.585,259)
Outros créditos	(11.728,194)	(4.743,950)
Outros valores e bens	(442,589)	1.769,073
Aumento (redução) nos Passivos	117.240,892	72.062,890
Depósitos	124.586,022	78.223,343
Relações Interfinanceiras	-	4.297,081
Relações Interdependenciais	-	(888,757)
Outras obrigações	(7.345,130)	(9.568,777)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.609,947)	(5.856,418)
Aumento dos investimentos	(1.388,339)	(1.679,022)
Aquisições do imobilizado	(1.150,572)	(4.139,361)
Aquisições do intangível	(71,036)	(38,035)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(237,632)	1.237,043
Integralizações de capital	(8.577,318)	3.569,276
Aumento de Capital com Sobras	-	(11.234,454)
Distribuição Sobras 2014 aos Cooperados CC	10.657,884	-
Devolução de Capital	5.720,545	-
Incorporação de Juros ao Capital	(8.118,622)	8.902,221
Outros ajustes	79,879	-
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	81.242,162	53.790,947
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	212.018,244	151.513,484
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	293.260,406	205.304,431
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	81.242,162	53.790,947





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015 e 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA, cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 03/06/1992, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL e componente do SISTEMA SICOOB, tem sede em Goiânia - GO e possui 15 (quinze) Postos de Atendimento Cooperativo - PAC nas seguintes localidades: quatro em Goiânia - GO; nas cidades de Caldas Novas, Morrinhos, Itumbiara, Luziânia e Aparecida de Goiânia; no Estado de Goiás, Brasília (Asa Sul) e Taguatinga no Distrito Federal, Palmas, Araguaína e Gurupi no Estado de Tocantins. Tem a sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 3859/2010 do Banco Central do Brasil (BACEN). Tem como atividade preponderante a operação na

área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização, o de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil

das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25) . As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração em 22 de Julho de 2015.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC	BACEN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN 4.1444/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN N. 3566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN N. 3.604/08
CPC 05 (R1) - Divulgação Sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN N. 3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN N. 3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN N. 4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN N. 3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN N. 3.823/09

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos Contábeis do CPC e tampouco se sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA.

b. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas adotadas pela Cooperativa para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

b.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. As contas sujeitas a aplicação de estimativas e julgamento incluem: à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Dessa forma os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas. Entretanto, a Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas periodicamente e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN n. 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimento de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo

Aplicação interfinanceira de liquidez:

São registradas pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.



Títulos e Valores Mobiliários:

De acordo com a Circular Bacen n. 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração da Cooperativa, atendendo aos seguintes critérios de contabilização.:

- i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.
- iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

Relações Interfinanceiras:

Representado basicamente por operações vinculadas ao Bacen para garantia de compensação própria e por depósitos dos recursos da liquidez na Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central.

b.5 Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração o manual de crédito, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN N. 2682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando

houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco.

b.6 Devedores por depósitos em garantia

Quando por determinação judicial ou por orientação da assessoria jurídica a administração da cooperativa, efetua depósitos judiciais para suportar passivos contingentes.

b.7 Investimentos

A participação societária em sociedade cooperativa na Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

b.11 Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos mantidos junto a Central e os encargos e variações monetárias até a data do balanço (nota explicativa N. 4).

b.12 Obrigações por empréstimos e repasses

Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

b.13 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.14 Provisões e Passivos contingentes

Provisões - São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

Passivos contingentes - São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações e, quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chances de perdas remotas não são divulgadas.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

b.16 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 (R2).

b.17 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já evidenciam na data-base das demonstrações contábeis; e,
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data base das demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades em caixa, depósitos em bancos, aplicações interfinanceiras de liquidez-CDI e títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Caixa e Banco	2015	2014
Caixa	2.343.845	2.118.215
Depósitos em Bancos	-	-
Total	2.343.845	2.118.215

4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - ATIVO

	2015	2014
Centralização financeira - Central Brasil Central	290.916.560	203.554.832
Total	290.916.560	203.554.832

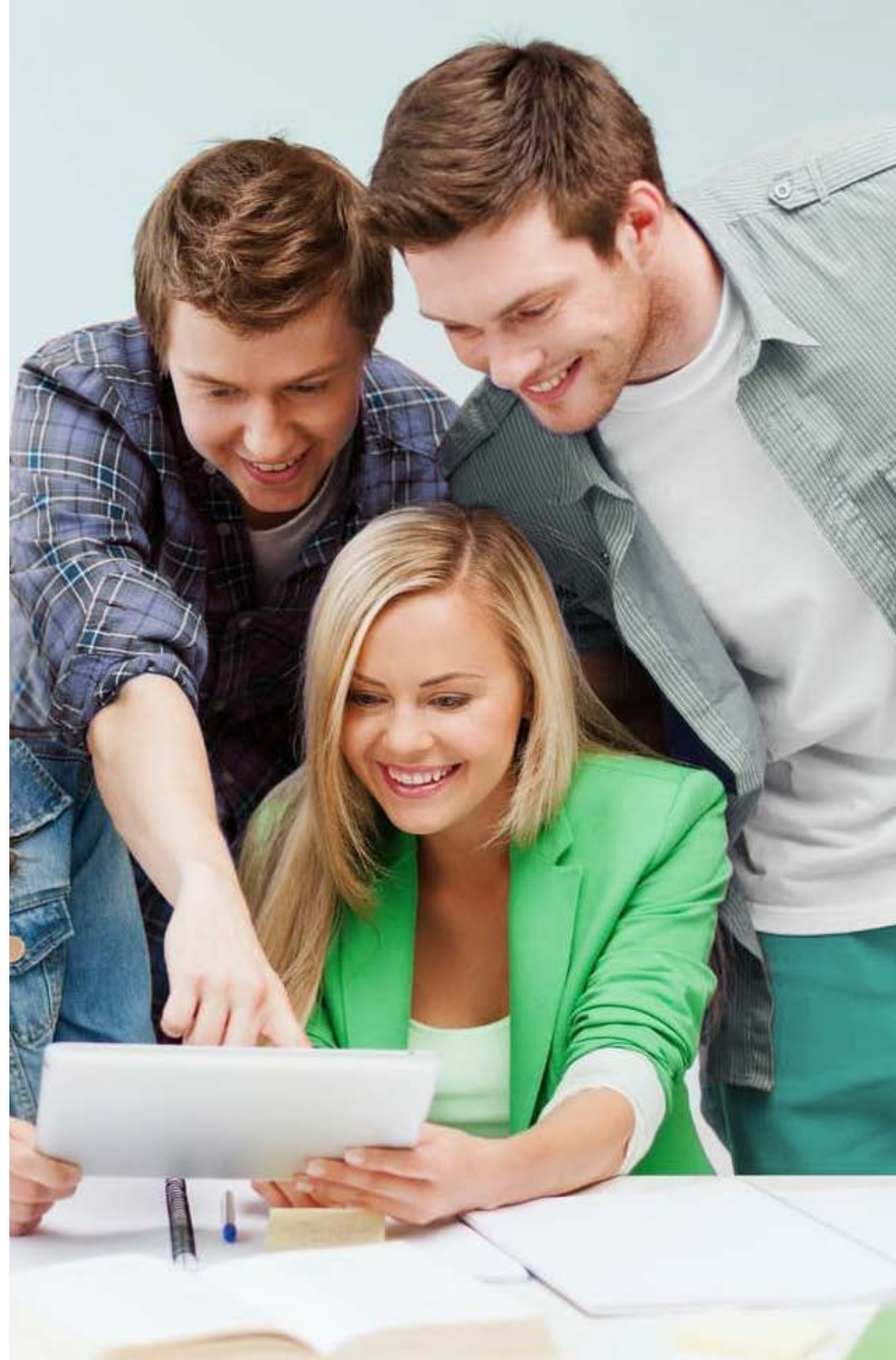


5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Em 30 de junho de 2015, a Centro Brasileira possuía operações de crédito conforme abaixo. Sua composição foi distribuída em conformidade com o artigo 11 da Resolução CMN 2.682/99 e artigo 3º. da Resolução CMN 2.697/00:

I - DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SEGREGADAS POR TIPO DE CLIENTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

	2015	2014
Setor Privado		
Pessoa Física	330.219.433	284.534.912
Empréstimos	227.656.548	179.448.133
Adiantamentos a Depositantes	767.643	802.583
Cheque Especial	10.715.284	9.875.102
Títulos Descontados	4.858.309	4.368.529
Financiamentos	86.221.648	90.040.564
Pessoa Jurídica	343.756.643	274.144.554
Empréstimos	277.473.027	228.843.285
Adiantamentos a Depositantes	350.263	371.178
Conta Garantida	25.612.802	24.752.157
Títulos Descontados	3.023.526	2.495.812
Financiamentos	37.297.026	17.682.122
Subtotal	673.976.076	558.679.466
Provisão	(24.264.205)	(15.975.392)
Total	649.711.871	542.704.074



II - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE VENCIMENTO E NÍVEL DE RISCO (NORMAL E VENCIDO)

Nível / Percentual de Risco / Situação			Adiantamento, Cheque Especial, Conta Garantida.	Emprést/Tít. Descon/ Financiamentos	Total		Provisões	
					2015	2014	2015	2014
AA	0,0%	Normal	166.729	36.247.445	36.414.174	-	-	-
A	0,5%	Normal	7.566.834	253.896.417	261.463.251	268.033.978	(1.307.317)	(1.340.201)
A	0,5%	Vencido	76.597	3.464.106	3.540.703	4.847.113	(17.703)	(24.421)
B	1,0%	Normal	22.259.689	208.354.729	230.614.419	198.820.635	(2.300.516)	(1.988.207)
B	1,0%	Vencido	428.089	27.431.391	27.859.480	24.906.119	(284.223)	(249.051)
C	3,0%	Normal	4.226.571	57.098.154	61.324.725	35.184.919	(1.839.391)	(1.055.548)
C	3,0%	Vencido	123.877	12.545.589	12.669.466	8.243.639	(380.435)	(247.225)
D	10%	Normal	807.552	2.970.296	3.777.848	2.378.830	(370.081)	(237.883)
D	10%	Vencido	60.361	12.381.009	12.441.370	2.315.838	(1.251.841)	(234.348)
E	30%	Normal	969.326	922.065	1.891.391	2.390.648	(563.078)	(717.194)
E	30%	Vencido	36.618	7.398.435	7.435.053	575.870	(2.234.855)	(172.761)
F	50%	Normal	23.544	223.844	247.387	193.345	(123.694)	(96.673)
F	50%	Vencido	2.602	693.966	696.568	246.494	(348.284)	(123.247)
G	70%	Normal	41.417	89.065	130.482	325.284	(65.846)	(227.699)
G	70%	Vencido	2.529	1.058.503	1.061.032	3.181.903	(768.214)	(2.226.084)
H	100%	Normal	272.434	1.119.192	1.391.625	2.042.291	(1.340.193)	(2.042.291)
H	100%	Vencido	381.224	10.635.878	11.017.102	4.992.561	(11.068.534)	(4.992.561)
Total Normal			36.334.095	560.614.261	597.255.302	509.369.929	(7.910.115)	(7.705.695)
Total Vencido			1.111.897	75.608.877	76.720.774	49.309.537	(16.354.090)	(8.269.697)
Total Geral			37.445.991	636.530.084	673.976.076	558.679.466	(24.264.205)	(15.975.392)
Provisões					(24.264.205)	(15.975.392)		
Total Líquido					649.711.871	542.704.074		

a) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento - operações vincendas (dias):

	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	30.873.368	102.196.883	372.059.323	505.129.574
Adiant., Cheque Especial e Cta Garantida	37.445.990	-	-	37.445.990
Títulos Descontados	7.003.550	877.986		7.881.836
Financiamentos	8.578.244	21.769.112	93.171.320	123.518.676
Total	83.901.542	124.843.891	465.230.643	673.976.076

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

	2015	2014
Saldo Inicial - Janeiro	23.243.829	9.444.256
Constituições/Reversões no Exercício	1.020.376	6.531.136
Total	24.264.205	15.975.392

c) Concentração dos Principais Devedores:

Pos.	Conta Corrente	Operações de Crédito			Total Devedor		Percentual
		Util. Ad.Dep.	Util.Lim. Cred.	Tit. Descontado	Empréstimo	Prejuízo	
1	0	0	0	19.014.001	0	19.014.001	2,82%
2	0	0	0	14.708.661	0	14.708.661	2,18%
3	0	0	0	14.419.108	0	114.419.108	2,14%
4	32.005	50.000	0	10.994.294	0	11.076.299	1,64%
5	0	0	0	9.843.938	0	9.843.938	1,46%
6	0	0	0	9.565.677	0	9.565.677	1,42%
7	0	0	0	8.713.252	0	8.713.252	1,29%
8	0	0	0	8.042.034	0	8.042.034	1,19%
9	0	0	0	7.955.015	0	7.955.015	1,18%
10	0	2.186	0	6.230.627	0	6.232.813	0,92%
10+	32.005	52.186	0	109.486.607	0	109.570.798	16,26%
CART	1.118.914	14.355.346	7.881.835	650.620.868	0	673.976.076	100,00 %



d) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Valores referentes a operações de crédito lançadas em conta de compensação como prejuízo e de operações recuperadas / renegociadas. A operação classificada na forma deste item deve permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. (Resolução CMN nº 2.682 - art. 7º e parágrafo único; Carta - Circular Bacen nº 2.899 - item 12 - VI).

Descrição	2015	2014
Saldo Inicial - Janeiro de 2015/2014	34.219.021	22.853.390
Valor das Operações Baixadas no período	8.169.972	14.039.199
Valor das operações recuperadas no período	(926.183)	(3.705.287)
Total	41.462.810	33.187.302

6. OUTROS CRÉDITOS

	2015	2014
Rendas a receber	3.116.505	1.616.766
Adiantamentos e antecipações salariais	435.077	334.767
Adto. para pagamento de nossa conta	59.605	215.408
Adto. por conta de Imobilizações	631.707	-
Devedores por depósitos em garantia	969.986	245.392
Impostos e contribuições a compensar	23.284	1.135
Pagamentos a ressarcir	565.292	515.021
Títulos e créditos a receber	826.374	53.443
Devedores diversos no país (i)	9.802.374	4.449.630
Total	16.430.204	7.481.563

(i) Devedores Diversos no país

	2015	2014
Diferença de Caixa	2.972	-
Pendências a Regularizar	1.014.058	2.042.784
Outros (Pendências valores não migrados SAP/SISBR)	92.543	2.456.846
Transitória Cessão de Direitos Creditórios	474.533	-
Transitória Transferência Entre Contas Correntes	8.218.268	-
Total	9.802.374	4.449.630

7. OUTROS VALORES E BENS

	2015	2014
Bens de uso não próprio (imóveis e veículos em dação)	1.085.896	752.757
Material em Estoque	7.222	163.625
Despesas Antecipadas**	725.706	410.317
Total	1.818.824	1.326.699

**Despesas Antecipadas

	2015	2014
Prêmios de Seguros	114.373	20.450
Manutenção e Conservação	-	147.606
Contribuição Sindical Patronal	73.601	81.230
IPTU	3.417	-
Vale refeição e alimentação	181.092	140.756
Vale transporte	24.122	20.275
Outros	329.101	-
Total	725.706	410.317

8. INVESTIMENTOS

	2015	2014
Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central	17.098.850	13.290.459
Obras de Arte	21.606	21.606
Total	17.120.456	13.312.065

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal de vida útil, conforme abaixo:

	Taxa de Depreciação Amortização	2015	2014
Imobilizações em Curso - Imóveis	0	8.208.090	6.607.369
Terrenos	0	1.036.401	1.036.401
Edificações	4%	3.980.388	3.980.388
Instalações	10%	781.473	669.484
Móveis e Equipamentos	10%	3.010.322	1.909.868
Sistema de Processamento Dados - Equipamentos	20%	1.828.416	1.893.294
Sistemas de Comunicação	10%	439.591	456.848
Sistemas de Segurança	10%	215.875	392.320
Sistemas de Transporte	20%	232.531	227.031
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	5%	16.856	364.327
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento Logiciais	5%	3.238.366	3.602.693
TOTAL		22.988.309	20.235.696
Depreciação Acumulada		(4.363.330)	(3.790.855)
Amortização Acumulada		(3.255.222)	(3.602.693)
TOTAL		15.369.757	13.382.148

10. INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos, conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Amortização	2015	2014
Ativos Intangíveis	20%	927.935	790.221
TOTAL		927.935	790.221
Amortização Acumulada		(166.463)	(165.587)
TOTAL		761.471	624.634

11. DEPÓSITOS

Os Depósitos Vista não são remunerados

	2015	2014
Depósitos A Vista PF	58.689.136	54.065.760
Depósitos a Vista PJ	122.751.322	78.211.776
Total	181.440.458	132.277.536

Os Depósitos a Prazo recebem encargos financeiros contratados e estão mantidos no circulante por não possuir restrição para resgate.

	2015	2014
Depósitos A Prazo	565.377.358	451.222.345
Total	565.377.358	451.222.345
TOTAL DEPOSITOS A VISTA E A PRAZO	746.817.816	583.499.881

	2015	%	2014	%
Maior depositante	22.268.971	3,02%	20.030.623	3,48
Segundo maior depositante	18.927.920	2,57%	8.795.868	1,53
10 Maiores depositantes	104.060.138	14,13%	69.408.884	12,04

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000 (Duzentos e cinquenta mil Reais) por CPF/CNPJ estão garantidos pelo FGCCoop - Fundo Garantidor de Crédito Cooperativo, constituído por todas as cooperativas financeiras do Brasil.

12. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os valores referem-se a obrigações a recebimento de convênios com terceiros

	2015	2014
Convênio Cobrança	99.604	436.182
Repasse Concessionárias de Serviços Públicos	38.490	-
Total	138.094	436.182



13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

COBRANÇA E ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS

Descrição	2015	2014
Operações de Crédito - IOF	141.564	46.398
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.710	2.106
Recebimento de Tributos Federais	-	-
Total	146.274	48.504

SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	2015	2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	3.235.739	2.903.447
Cotas de Capital a pagar	240.079	166.128
Total	3.475.818	3.069.575



FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2015	2014
Impostos e Contribuições s/Lucros a Pagar	212.420	79.657
Impostos e Contribuições a Recolher s/ Serviços de terceiros	57.200	74.524
Impostos e Contribuições sobre Salários	707.384	436.948
IRRF sobre Aplicações Financeiras	106.217	155.933
ISS a recolher	15.492	3.823
PIS a recolher	1.694	535
COFINS a recolher	10.423	3.295
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-
Provisão INSS Patronal sobre folha dos Conselhos	918.000	510.000
Provisão para Riscos Fiscais	2.675.022	2.550.784
Total	4.703.851	3.815.500

OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Descrição	2015	2014
Cheques Administrativos	-	252.148
Fornecedores	1.188.139	1.069.944
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	396.166	269.955
Despesa com Pessoal	1.813.800	1.462.469
Outras Despesas Administrativas	1.367.692	630.446
Juros ao Capital	9.884.718	6.687.205
Provisão para Passivos Contingentes(ii)	832.829	187.013
Credores Diversos (iii)	3.162.431	3.439.821
Total	18.645.775	13.999.001
Total Outras Obrigações	26.971.718	20.932.580

i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperativos e 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do Banco Central do Brasil, denominado COSIF.

(ii) Passivos Contingentes

A Uni Centro Brasileira é parte integrante de ações cível e trabalhista em decorrência do curso normal das atividades. As ações consideradas de provável perda pelos nossos assessores jurídicos foram provisionadas.

Descrição	2015	2014
Provisão para Passivos Trabalhistas	23.744	23.744
Outros Passivos (ISS sobre atos cooperativos)	809.085	163.269
Total	832.829	187.013

(iii) Credores Diversos, refere-se a:

Descrição	2015	2014
Pendência a Regularizar	586.140	2.600.314
Diferença de Caixa	9.427	58.213
Convênios - Concessionárias	-	276.943
Créditos de Terceiros	1.176.649	-
Transitória - Correspondentes no país	86.882	87.232
Taxas Alienação de Veículos a Repassar	-	3.709
Cheques Depositados	625.118	413.409
Credores diversos - Liquidação Cobrança	678.214	-
Total	3.162.431	3.439.821

14. PATRIMONIO LÍQUIDO (CAPITAL, RESERVAS, SOBRAS ACUMULADAS)

a. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, subscrito e integralizado pelos 13.767 associados, atingindo o montante de R\$ 174.659.583 (30/06/2015) e R\$ 141.679.594 em (30/06/2014) com 11.500 associados.

b. Reserva Legal

A Reserva legal é exigida conforme Estatuto Social, representado no percentual de 20%, aprovada em ata 619 do Conselho de Administração.

c. SOBRAS e destinações

As sobras apuradas no encerramento do 1º Semestre de 2015 e 2014) são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO):

Descrição	2015	2014
Sobras /lucro do Semestre	32.377.821	22.573.403
Juros sobre Capital Próprio	(9.903.662)	(6.687.205)
Lucro líquido de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	22.474.159	15.886.198
Destinações estatutárias		
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	-	-
Reserva Legal (incluindo resultado não operacional) - 20%	-	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	22.474.159	15.886.198

15. PARTES RELACIONADAS (CPC 05 E RESOLUÇÃO CMN 3750/09)

Remuneração da Administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e Conselho fiscal.

GASTOS COM PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO NO 1º SEMESTRE DE 2015

HONORÁRIOS	R\$ 798.214,25
CEDÚLAS DE PRESENCAS	R\$ 920.800,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 278.248,30

OPERAÇÕES ATIVAS - SALDO 30/06/2015

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	SALDO DEVEDOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO - R\$	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA) - R\$	RENDAS APROPRIADAS NO EXERCÍCIO - R\$	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
ADIANTAMENTOS A DEPOS	R\$ 86.230,40	R\$ 13.363,80	R\$ 0,00	0,01%
EMPRÉSTIMOS	R\$ 27.647.572,69	R\$ 416.507,53	R\$ 961.136,40	4,26%
TÍTULOS DESCONTADOS	R\$ 28.254,47	R\$ 77,80	R\$ 1.006,85	0,96%
FINANCIAMENTOS	R\$ 2.374.410,14	R\$ 41.326,37	R\$ 230.183,14	0,37%

OPERAÇÕES PASSIVAS - SALDO 30/06/2015

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	SALDO DOS DEPÓSITOS - R\$	% DOS DEPÓSITOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DEPÓSITOS
DEPÓSITOS A VISTA	R\$ 9.907.307,80	5,45%
DEPÓSITOS A PRAZO	R\$ 36.069.900,17	6,38%

PATRIMÔNIO - SALDO 30/06/2015

CONTA CAPITAL	R\$ 9.301.036,24
JUROS AO CAPITAL PAGOS	905.924,28

As operações de crédito e os depósitos a vista e a prazo são realizados nas mesmas condições que as operações com os demais associados.

16. RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO DO SISTEMA COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL - SICOOB

a. RISCO OPERACIONAL

1. O gerenciamento do risco operacional da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.
2. Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
3. O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
4. O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).
5. As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.
6. A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).
7. Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).
8. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. RISCO DE MERCADO

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
2. Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
5. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

c. RISCO DE CREDITO

- 1 O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

2 Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3 Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

4 Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA-SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

17. OUVIDORIA

A ouvidoria tem como atribuição, assegurar a observância das normas regulamentares que disciplinam a atividade e daquelas relativas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Atua como canal de comunicação entre a instituição e seus associados, inclusive na mediação de conflitos.

Instituída pelo componente organizacional único de ouvidoria do Sicoob, dispõe de diretor responsável pela área e ouvidor. O trabalho realizado pela Ouvidoria auxilia no monitoramento dos processos de qualidade e boas práticas, bem como na observância do código de ética do Sicoob.

As manifestações são acolhidas por meio telefônico de discagem gratuita - 0800 725 0996 e pelo formulário eletrônico disponível no endereço www.ouvidoriasicoob.com.br

18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica da SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA, os processos judiciais tanto no polo ativo quanto no polo passivo, em 30/06/2015 totalizam 166 processos no montante de R\$ 3.507.851 (três milhões, quinhentos e sete mil oitocentos e cinquenta e um reais), e em junho de 2014 eram 156 processos, totalizando R\$ 2.550.784 (Dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

A administração com base na opinião dos assessores jurídicos, entende que o passivo contingente registrado na nota explicativa 13(ii) é suficiente para cobrir prováveis perdas com os processos.

Goiânia, Goiás, 30 de junho de 2015.

CLIDENOR GOMES FILHO

Diretor Presidente

TARCISO DAGOLBERTO BORGES

Diretor Financeiro

RAIMUNDO NONATO LEITE PINTO

Diretor Administrativo

VALDEIR ALVES ROCHA

Contador - C.R.C: GO18226/O-5

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras
Ao Conselho de Administração e Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre
Admissão Centro Brasileira- SICOOB UniCentro Brasileira

Goiânia, GO

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira- SICOOB UniCentro Brasileira "Instituição", que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos

selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira-SICOOB UniCentro Brasileira em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Goiânia, 19 de agosto de 2015.

IDEA Auditores Independentes
CRC-GO 1106/O

Alexandre Lôbo Dantas
Contador CRC GO 12.517

Jackson Lara Ribeiro
Contador CRC GO 12.068

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinamos o balanço patrimonial da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda. – SICCOB UniCentro Brasileira, levantado em 30 de junho de 2015 e a respectiva demonstração do resultado (sobras), demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, notas explicativas e o parecer da auditoria independente, correspondentes ao primeiro semestre de 2015, elaborados sob a responsabilidade da administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas aplicáveis: Lei 5.764/71, Lei 11.638/07, Lei Complementar 130/09, Estatuto Social e Regimento Interno, e compreendeu:

1. Balanço Patrimonial: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; (d) nos relatórios de Auditoria Interna elaborados no exercício pela Central; e (e) o parecer de Auditoria Independente formulado pela IDEA Auditores Independentes, datado de 19 de agosto de 2015.

2. Das Atividades durante o Exercício: (a) atividades fiscalizadoras durante todo o exercício social, consubstanciadas nas reuniões mensais deste Conselho de ritos ordinário e/ou extraordinário, conforme respectivas atas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis pertinentes; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa; e (d) os esclarecimentos apresentados por prepostos da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 30 de junho de 2015, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, motivo porque somos favoráveis à sua aprovação.

Goiânia - Goiás, 20 de agosto de 2015.

Dr. Alvacir Candido dos Reis
Coordenador

Dr. Gláucio Madeira de Sousa
Conselheiro efetivo

Dr. Alexandre Savio de Oliveira Freitas
Conselheiro efetivo